

Provisões Trabalhistas	-14.513.078	-12.910.036	Contas a Receber - Com restrição	1.278.311	3.047.995
Despesas Tributárias	-520.200	-601.381	Créditos	(265.213)	(49.783)
Despesas Judiciais	-21.072	-437.838	Aumento (Redução) no Passivo	2.912.929	2.148.661
(+) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	12	61.184	148.436	2.912.929	2.148.661
Receitas com Reversão de Provisões	61.184	148.436	Fornecedores	1.831.949	(155.874)
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	-466.256	-233.184	Obrigações Sociais, Trabalhistas e Tributárias	721.223	471.822
Devoluções de Convênios	-	-85.536	Adiantamentos de Contratos e Convênios	(268.545)	12.152
Depreciação	-125.525	-72.862	Provisões Trabalhistas	719.956	1.819.662
Amortização	-7.642	-30.467	Parcelamentos Fiscais e Previdenciários	(68.255)	(163.188)
Outras Despesas Administrativas	-333.089	-44.319	Provisões de Contingências	(61.183)	285.543
(=) RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	-8.248.415	-5.942.942	Outras Obrigações	154.669	93.866
(+) RECEITAS FINANCEIRAS	1.638.589	1.910.903	Bens Cedidos de Terceiros	(116.885)	(215.322)
Receitas Financeiras - Com Restrições	1.497.588	1.793.842	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(4.172.794)	1.066.167
Receitas Financeiras - Sem Restrições	141.002	117.060	DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	-121.685	-151.996	Aplicação no Imobilizado	(20.477)	(17.702)
Despesas Financeiras - Com restrições	-72.487	-43.231	Adições de Bens Cedidos	116.886	215.322
Despesas Financeiras - Sem Restrição	-49.198	-108.765	Aplicação no Intangível	-	(16.349)
(=) RESULTADO FINANCEIRO	13	1.516.905	Aplicação com restrição	(1.634.658)	-
(=) SUPERÁVIT/ DÉFICIT DO PERÍODO	-6.731.510	-4.184.035	Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(1.538.249)	181.271
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - EM REAIS R\$			DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
	01/01/2025	01/01/2024	Caixa Líquido das Atividades de Investimentos		
	a	a			
	31/12/2025	31/12/2024			
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Superávit (Déficit) do Exercício Ajustado	(8.098.821)	(4.080.706)	Caixa Líquido das Atividades de Investimentos		
Superávit (Déficit) do Exercício	6.731.510	(4.184.035)			
(=) Ajuste para reconciliar o Superávit (Déficit) do Exercício	(1.367.311)	103.329	AUMENTO OU (REDUÇÃO) DO FLUXO DE CAIXA	(5.711.043)	1.247.438
(+) Depreciações e Amortizações	133.168	103.329,00	Saldo de Caixa ou Equivalentes no Início	27.006.148	25.758.710
(-) Redução de Reserva com Restrição	(1.500.479)	-	Saldo de Caixa ou Equivalentes no Fim	21.295.105	27.006.148
(Aumento) Redução no Ativo	1.013.098	2.998.212	VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(5.711.043)	1.247.438

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - EM REAIS R\$

EVENTOS	Patrimônio Social	Outras Reservas	Superávit ou (Déficit) do Exercício	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(6.532.148)	21.997.922	-	15.465.774
Déficit do Exercício sem restrição			(3.260.213)	(3.260.213)
Superávit (Déficit) do Exercício com restrição			(923.822)	(923.822)
Incorporação de Reservas	2.905.243	(2.905.243)	-	-
Incorporação de Déficit sem Restrição	(3.260.213)		3.260.213	-
Incorporação de Déficit com Restrição		(923.822)	923.822	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(6.887.118)	18.168.857	-	11.281.739
Déficit do Exercício sem restrição			(2.495.985)	(2.495.985)
Superávit (Déficit) do Exercício com restrição			(4.235.525)	(4.235.525)
Devoluções de Contratos		(1.500.478)	-	(1.500.478)
Incorporação de Reservas	2.936.627	(2.936.627)	-	-
Incorporação de Déficit sem Restrição	(2.495.985)		2.495.985	-
Incorporação de Déficit com Restrição		(4.235.525)	4.235.525	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(6.446.476)	9.496.227	-	3.049.751

FRANCISCO DE OLIVEIRA REBOUCHAS NETO - Diretor Presidente. FELIPE VIANA RIBEIRO - Contador - CRC CE-028225/O-9

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

01. CONTEXTO OPERACIONAL. O Instituto Agropoulos do Ceará é uma sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos ou não econômicos, de interesse público, detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira e disciplinar, com prazo de duração indeterminado e reger-se-á pela legislação em vigor por Estatuto e pelo seu Regimento Interno. Por atender aos requisitos essenciais previstos na Lei Estadual nº. 12.781 de 30 de dezembro de 1997. Foi qualificada pelo Governo do Estado do Ceará como Organização Social através do Decreto Estadual nº. 26.528, de 7 de março de 2002, que tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável da sociedade, através da capacitação, da assessoria técnica e educativa e da execução e apoio a projetos referenciais e estratégicos, urbano, local, regional e rural sustentável, através da realização de atividades de prospecção, adaptação, desenvolvimento e difusão de tecnologias, de planejamento, de articulação regional e mobilização de atores locais na construção de políticas públicas participativas, de promoção de negócios, elaboração e supervisão de projetos técnicos, de assistência técnica, visando atender a sociedade em áreas estratégicas e contribuir para a sustentabilidade do desenvolvimento social e econômico das localidades onde atuamos.

02. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil,

que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e contemplam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração do Instituto no processo de gestão. Como se trata de uma associação sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram preparadas, principalmente, de acordo com a ITG 2002- Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução nº1.409, de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2.000, aprovado pela Resolução nº1.159, de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela NBC TG 1.000 (R1) –Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) –Entidades sem finalidade de lucros. **a) Base de mensuração.** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. **b) Moeda funcional.** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, moeda funcional do Instituto. Em todas as informações financeiras apresentadas em reais os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **03. PRINCIPAIS POLÍTICAS**